

A ACONERUQ e o MOQUIBOM: dilemas, possibilidades e complementaridade das lutas quilombolas no Maranhão/Brasil

ACONERUQ and MOQUIBOM: dilemmas, possibilities and
complementarity of the quilombola struggles in Maranhão / Brazil

A ACONERUQ y MOQUIBOM: dilemas, posibilidades y
complementariedad de las luchas quilombolas en Maranhão / Brasil

Igor Thiago Silva de Sousa

Doutorando em Sociologia (UFRGS)

Professor da Licenciatura Intercultural para Educação Básica Indígena (UEMA)

igorthiago.sousa@gmail.com

Resumo

Este artigo procura contribuir para a recente discussão das ações das comunidades quilombolas como movimento social no Maranhão. Para tanto, baseia-se nos processos de mapeamento realizados no final da década de 1970 pelo CCN / MA (Centro de Cultura Negra / Maranhão), a fim de subsidiar discussões do Movimento Negro em nível nacional em suas demandas e pleitos. Diante disso, há o processo de surgimento de instâncias organizacionais próprias das comunidades quilombolas, como a ACONERUQ (Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas) em meados dos anos de 1990 e posteriormente o MOQUIBOM (Movimento Quilombola do Maranhão) pelos anos 2000, como coletividades bivalentes, ou seja, tipos sociais que sofrem simultaneamente dois tipos diferentes de injustiças econômicas e simbólicas, compreendendo, assim, formas de expressão de demandas, ênfases e estratégias no relacionamento das comunidades quilombolas com as instâncias federais, estaduais e de mercado.

Palavras-Chave: Comunidades Quilombolas; Movimentos Sociais; Estratégia; Maranhão.

Abstract

This article seeks to contribute to the recent discussion of the actions of quilombola communities as a social movement in Maranhão. To do so, it is based on the mapping processes carried out in the late 1970s by the CCN / MA (Centro de Cultura Negra / Maranhão), to support discussions of the black movement at national level in their demands and lawsuits. In view of this, there is the process of the emergence of organizational entities typical of quilombola communities, such as the ACONERUQ (Association of Quilombola Rural Black Communities) in the mid-1990s and later the MOQUIBOM (Quilombola Movement of Maranhão) in the 2000s as bivalent collectivities, that is to say, social types that simultaneously suffer two different types of economic and symbolic injustices, understanding, thus, forms of expression of demands, emphases and strategies in the relationship of quilombola communities with the federal, state and market instances

Keywords: Quilombolas Communities; Social Movements; Strategy; Maranhão.

Resumen

Este artículo busca contribuir a la reciente discusión de las acciones de las comunidades quilombolas como movimiento social en Maranhão. Para ello, se basa en los procesos de mapeo realizados a finales de la década de 1970 por el CCN / MA (Centro de Cultura Negra / Maranhão), a fin de subsidiar discusiones del Movimiento Negro a nivel nacional en sus demandas y pleitos. En este sentido, el proceso de surgimiento de instancias organizacionales propias de las comunidades quilombolas, como la ACONERUQ (Asociación de las Comunidades Negras Rurales Quilombolas) a mediados de los años 1990 y posteriormente el MOQUIBOM (Movimiento Quilombola de Maranhão) por los años 2000, como colectividades bivalentes, es decir, tipos sociales que sufren simultáneamente dos tipos diferentes de injusticias económicas y simbólicas, comprendiendo así formas de expresión de demandas, énfasis y estrategias en la relación de las comunidades quilombolas con las instancias federales, estatales y de mercado.

Palabras clave: Comunidades Quilombolas; Movimientos Sociales; estrategia; Maranhão.

Introdução

Esta pesquisa se baseia na análise das ações de dois segmentos organizados do movimento quilombola no Maranhão. O primeiro se situa a partir da criação da ACONERUQ (Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas) ainda na década de 1990; já o segundo, se dá com a eclosão do MOQUIBOM (Movimento Quilombola do Maranhão) em grandes atos e protestos públicos a partir de 2011. Nesse sentido, o norteador do trabalho de campo foi perceber as práticas desses sujeitos, suas ações e as particularidades nos entendimentos de cada segmento no acionar de garantias constitucionalmente instituídas, a partir de direitos conquistados desde a Nova Carta Magna. Almejou-se compreender como a partir de diferentes percepções e leituras políticas, tanto a ACONERUQ, quanto o MOQUIBOM empreendem suas estratégias, situadas dentro de um leque de visões de mundo e observações sobre (im) possibilidades.

Por outro lado, a ideia de unanimidade parece soar vazia, na medida em que certos enquadramentos são por demais rígidos, incapazes de perceber fissuras e as mobilidades existentes dentro desses mesmos segmentos. Assim, é necessário em termos analíticos um descentramento a partir dos espaços de incerteza, de pontos intermediários em que se privilegia o acionar dos sujeitos, como pontua Michel Agier (2012). Momentos em que além de identidades fixas, amarras que prendem e congelam as análises em pontos mortos e determinados, ganha força a possibilidade de alteração, os movimentos, momentos liminares, focando aquilo que se produz e altera a ordem existente.

Para Agier, “este descentramiento es político en el sentido de que privilegia el *acionar* y el momento de cambio que introduce una modificación en el orden social dado, generando así la posibilidad de ver y de comprender el movimiento y el cambio que están ocurriendo” (AGIER, 2012, p. 11). Assim, é importante perceber as fricções, as fissuras e a heterogeneidade dentro daquilo que se designou por identidades, frisando aspectos que ressaltam a importância das fronteiras em termos da alteridade. Dessa forma, emerge o conceito de sujeito. Este por mais que conformado em certos termos, parece não se resignar dentro do que está inserido, não se conter dentro da ordem delimitada e por mais que submetido, “pude, de hecho, sobreactuar o anticipar su rol dando así la impresión de que está co-produciendolo, queriendolo y deseandolo realmente” (AGIER, 2012).

Portanto, na análise dos segmentos organizados que compõem o movimento quilombola no Maranhão, frisa-se esse estar em movimento, os diferentes modos de acionar direitos, formas de percepção e entendimento que não apenas variam entre diferentes polos organizados, que são compostos pelos mesmos tipos sociais, a saber, os quilombolas, mas também por sujeitos que falam a partir de diferentes experiências e expectativas. Para situar a exposição, inicialmente se comentará a emergência de cada polo organizativo do movimento quilombola do Maranhão, como forma de mapear de maneira genérica a existência de cada segmento organizativo dos quilombolas no estado, para daí situar alguns entendimentos diferenciados entre esses sujeitos que compõem tanto a ACONERUQ quanto o MOQUIBOM, bem como onde se aproximam e distanciam em termos de mobilizações políticas. Para realização do trabalho realizou-se revisão bibliográfica, com apontamentos sobre o surgimento do CNN, ACONERUQ e MOQUIBOM; foram também realizadas entrevistas com membros da CPT, ACONERUQ e MOQUIBOM, bem como etnografias junto aos dois segmentos em espaços de mobilização política e planejamento de atividades, como em reuniões, passeatas e encontros em comunidades rurais.

As etnografias em questão foram produzidas em dois diferentes espaços: um em que é possível perceber como se dão as elaborações de estratégias, as discussões entre membros do mesmo um grupo, os desacordos e questões levantadas e deliberadas; outro nas manifestações e em atos públicos, onde é expressa certa dimensão de unidade política e pauta comum, com bandeiras, falas ao microfone, ou seja, em que aparentemente os desacordos estão resolvidos. Assim, tendo em vista perceber as conexões no plano interno e externo dos segmentos organizados das comunidades quilombolas “o etnógrafo deve articular os diferentes discursos

e práticas parciais (no duplo sentido da palavra, parcelares e interessadas) que observa, sem jamais atingir nenhum tipo de totalização ou síntese completa” (GOLDMAN, 2006, p. 25).

Para isso, mostra-se necessário perceber as manifestações políticas, como aponta Scott (2013), em formas não explícitas, em seus meandros, nas formas não declaradas ou óbvias ao observador médio, mas encontrando-se em pequenos atos, formas de solidariedade e construção de meios de assistência mútua. Dessa forma, ao tratar de movimentos e organizações sociais, é necessário perceber os discursos postos em dois planos (interno e externo) em que tomo como principal estratégia para a análise proposta a “observação situada”, proposta pela Antropologia Interpretativa, pois, segundo Clifford Geertz (2008), as formas do saber são sempre, e inevitavelmente, locais, inseparáveis de seus instrumentos e invólucros em que para o entendimento das percepções dos agentes políticos das entidades, será necessário para que se torne possível uma “descrição densa”.

Formas de atuação quilombola: ACONERUQ, MOQUIBOM e as diferentes estratégias de ação

A ACONERUQ teve sua criação no ano de 1997, sendo organizada enquanto um “fórum de representação das comunidades quilombolas do Maranhão” (ESTATUTO, 2007). Esta associação, pelo próprio período histórico e vínculos, foi assessorada diretamente por setores do Movimento Negro urbano, como o CCN (Centro de Cultura Negra), seja em sua constituição, seja nos primeiros trabalhos desenvolvidos pela entidade. Nesse sentido, o debruçar do Movimento Negro sobre a realidade das comunidades quilombolas do Maranhão remete diretamente a figura de Mundinha Araújo, historiadora e militante do Movimento Negro, que a partir de sua curiosidade e empenho começa a tentar compreender a situação dessas comunidades ainda na década de 1970, como situa a autora ao historiador Adelmir Fabiani por meio de carta:

Ouvira falar que no interior, isto é, nos centros de alguns municípios existiam lugares onde ‘só morava pretos’ e que esses pretos não se misturavam com ninguém, ou seja, não havia qualquer vestígio de miscigenação entre eles. Naquele tempo a minha curiosidade como negra em saber mais sobre esses negros da zona rural levou-me a contatar aqui mesmo em São Luís com pessoas dos municípios, viabilizado a possibilidade de servirem de intermediárias quando chegasse até lá e tivesse que deslocar-me para os povoados (FABIANI apud ARAÚJO, 2007).

O trabalho de Mundinha Araújo ocorreu de forma voluntária, realizando visitas a comunidades rurais, a partir de contatos com lideranças locais, se debruçando sobre os modos de viver existentes nestas comunidades, em seus calendários de festas, práticas socioculturais e

memórias do pós-escravidão, entre os anos de 1976 e 1978. Nas primeiras comunidades visitadas, não ocorre a identificação de conflitos fundiários, todavia, como situa a própria Mundinha Araújo, isso não significa que não existissem, pois “dezenas de comunidades já vinham lutando desde os anos 40, 50 e 60 contra as invasões de pessoas de fora que resultavam na expulsão dos antigos moradores nas terras conhecidas como ‘dos pretos’” (FABIANI *apud* ARAÚJO, 2007). Assim, antes mesmo do Movimento Negro assumir a causa das comunidades quilombolas no Maranhão entre meados dos anos de 1970 e 1980 com a fundação do CCN, estas comunidades já vinham se organizando e tentando resistir a expropriação de suas terras por parte de grileiros e fazendeiros, como situa Mundinha Araújo ao historiador Adelmir Fabiani:

As comunidades negras rurais Santo Antônio dos Pretos, Bom Jesus dos Pretos, Santa Rosa dos Pretos, Jacaré dos Pretos e outras, vinham se organizando contra a grilagem, antes mesmo de o movimento negro assumir a causa, inclusive “arrecadando recursos entre eles mesmos para pagar honorários de advogados, despesas cartoriais, viagens para a capital e outras” FABIANI *apud* ARAÚJO, 2007).

Nesse sentido, com a criação do CCN em 1979 ocorre a centralização das demandas das comunidades quilombolas em uma entidade sediada em São Luís, dando destaque as situações de conflitos agrários e as necessidades específicas destas. Assim, a partir do conhecimento de Mundinha Araújo, somadas às articulações da recém-criada entidade surge um projeto, tendo em vista cobrir a realidade agrária e as demandas das comunidades quilombolas no Maranhão, intitulado PVN (Projeto Vida de Negro) que vigorou entre 1988 e 2005 em parceria com a SMDH (Sociedade Maranhense de Direitos Humanos). Tal projeto considerava significativamente dados e a produção pioneira de Mundinha Araújo, enquanto uma das fundadoras do Centro, agregando a possibilidade de financiamento e a disponibilidade de pesquisadores e militantes do Movimento Negro em seus trabalhos de campo, pesquisa cartorial e outras tarefas.

O projeto visava colocar em prática o artigo 68 da Constituição Federal, bem como registrar modos organizativos e práticas socioculturais existentes nas comunidades quilombolas, buscando o intermédio junto ao poder público tanto em esfera estadual quanto federal nos processos de efetivação de garantias legais, tendo “sido um lugar de reflexão sistemática sobre as mobilizações quilombolas, acoplando o conhecimento militante às memórias locais de resistência” (ALMEIDA, 2002, p. 15). Tal projeto, contou com o apoio significativo de entidades externas e com recursos oriundos do governo Federal em que “as

atividades desenvolvidas junto às comunidades negras pelo PVN tiveram apoio da Fundação Ford (EUA), a Oxfam (Inglaterra), a EZE (agora EED, Alemanha), a Cese (Bahia) e a Fundação Cultural Palmares/Ministério da Cultura” (FABIANI, 2009, p. 11).

Entre pequenos encontros municipais, somados ao empenho das comunidades quilombolas e a assessoria do CCN, surge em 1997 a ACONERUQ. Tal entidade vinha a substituir a Coordenação Estadual Provisória dos Quilombos Maranhenses (CEPQM), criada em 1995 e com o intuito de organizar as demandas das comunidades quilombolas em processo de mobilização graças aos trabalhos do PVN. Nesse sentido, a criação da ACONERUQ está ligada diretamente as atividades do CCN, nas ações desenvolvidas através do PVN, como pontua Ivo Fonseca, primeiro coordenador da ACONERUQ:

A montagem da ACONERUQ vai surgindo naturalmente e a gente tinha o Centro de Cultura Negra que dava o foco nos encontros regionais e estaduais. Só para você ver, nós fomos oficializar a entidade no quinto encontro estadual. Teve várias reuniões nos municípios para explicar como era as coisas e aí eles já diziam por que a gente não faz uma organização estadual?!

Assim, somando a vontade de criação de uma entidade específica de lideranças quilombolas, um cenário com uma presença significativa de comunidades quilombolas em processo de organização e trocas sobre as dificuldades partilhadas, somados as limitações institucionais da Coordenação Provisória e a necessidade de abranger as demandas em nível estadual, fez-se surgir a ACONERUQ, após a realização de seminários ocorridos nos municípios de Cururupu, Mirinzal, Alcântara e Turiaçu ao longo do ano de 1996 e da realização do V Encontro das Comunidades Negras Rurais no Maranhão. Nesse sentido, as bases estruturais de criação da entidade se encontravam nos municípios de Itapecuru-Mirim, Penalva, Caxias e Codó (PVN, 2005, p. 50). Dessa forma, a entidade foi pensada como um fórum de representação das comunidades quilombolas que garantisse a interface junto ao Estado, o acesso a políticas públicas e garantias formais. Como pontua Ivo Fonseca sobre os primeiros trabalhos da entidade:

O foco principal era trabalhar para que as comunidades conquistem seus territórios e no período que eu fui coordenador eu encaminhei muitos processos para o INCRA e de outro lado que nós trabalhava era a questão da formação política nas comunidades, era a base entender o processo na ACONERUQ, entender a formação. Entender o processo vindo de baixo para cima e não de cima para baixo, então nós tinha essa capilaridade. Outro ponto que nós trabalhava era a questão das normas constitucional. Quando a ACONERUQ começa nós também passamos por isso em nível nacional, porque não adiantava nós estarmos aqui e as portas estarem fechadas quanto a esses ordenamentos. Nós também trabalhamos políticas básicas como educação, saúde, estradas.

Em seu trabalho de representação, a ACONERUQ lida com um enumerado de situações e demandas oriundas das comunidades quilombolas, que envolvem desde políticas de titulação e regularização fundiária que são realizadas por órgãos federais e estaduais, como o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e ITERMA (Instituto de Colonização e Terras do Maranhão), bem como acesso a políticas públicas como de educação, moradia, infraestrutura, água potável e insumos agrícolas. Outro aspecto importante, se refere a necessidade de uma entidade desse tipo, que funcione como um ente formal perante o Estado, capaz de representação, firmamento de contratos e acordos institucionais, arrecadação de valores e que ao mesmo tempo, mantenha as comunidades organizadas e mobilizadas partir desse modelo institucional. Nesse sentido, tem-se uma interessante fala de Maria Eunice Machado, a dona Nice, atual coordenadora da ACONERUQ e uma das fundadoras da entidade através de entrevista concedida:

A ACONERUQ é a associação quilombola do estado do Maranhão, então essa associação foi criada para representar uma entidade jurídica porque o nosso movimento negro já tem mais de 300 anos, tá. Nós que 'vem' do Maranhão, nós 'precisava' de uma entidade jurídica que apresentasse 'nós', né. Porque quando você vai para uma luta, vai para qualquer trabalho, eles precisam que a gente apresente um documento lá pela entidade e 'nós' era só movimento, hoje nós somos entidade porque tem um documento que apresenta 'nós' juridicamente como entidade. Então, ela foi criada através disso aí, para representar 'nós' em todo lugar do estado do Maranhão, os quilombolas.

Um dado interessante a partir da fala de dona Nice, refere-se a importância dada as formalidades por parte dos quilombolas que fundam a ACONERUQ, na capacidade de representação jurídica perante o Estado e frente a outros segmentos sociais. Para ela, já não se trataria apenas de um movimento social justamente pela possibilidade de “representação” e apresentação de “documentos”. Assim, a ACONERUQ funciona como uma entidade formal, capaz de assegurar certa institucionalidade frente a antagonistas ou para com possíveis parceiros. A representação das comunidades através da ACONERUQ se dá graças a filiação das associações de moradores dessas comunidades quilombolas à entidade, o pagamento de taxas de anuidade e a possibilidade de formação de chapas que concorrem eleitoralmente a gestão por determinado período (ESTATUTO, 2007).

Por sua vez, o MOQUIBOM ganha destaque a partir de ocupações a órgãos públicos, grandes atos públicos e passeatas a partir de 2011, com denúncias sobre assassinatos e perseguições a lideranças quilombolas no campo. Nesse sentido, o surgimento do movimento está relacionado aos trabalhos da CPT (Comissão Pastoral da Terra) junto a comunidades

quilombolas no interior do Maranhão, mais especificamente na região da Baixada Maranhense. Esses trabalhos se dão, sobretudo, ao dar visibilidade às garantias Constitucionais existentes desde 1988, bem como auxiliando as comunidades nos processos de auto identificação e elaboração de relatos sintéticos a serem enviados a FCP (Fundação Cultural Palmares), como forma de assegurar a obtenção do certificado emitido pela Fundação, um dos passos no processo de titulação territorial das comunidades quilombolas. Assim, as ações do MOQUIBOM giram em torno de pequenos encontros em comunidades quilombolas, pequenas ações em nível local na organização dessas comunidades, bem como encontros maiores, em que ocorriam com a troca de experiências e vivências, a partir da construção de laços e da demonstração de pertencas étnicas em comum e situações de opressão compartilhadas por esses sujeitos. Como situa Marivânia Furtado:

Reunidos a partir da mística da terra como dom de Deus e direito de todos que dela precisam, o primeiro encontro da articulação MOQUIBOM aconteceu no sítio dos “padres” em Mangabeira, povoado de Santa Helena. Embalados e motivados por cânticos que denunciam o descaso do poder público e a necessidade de luta dos despossuídos, essa articulação marcou o primeiro semestre de 2011 com mobilizações jamais vistas, sobretudo por se tratar de um movimento quilombola (FURTADO, 2012, p. 260-261).

Parte desses encontros ocorriam também em instalações ligadas a Igreja Católica, como o mencionado “sítio dos padres” no município de Mangabeiras, reunindo comunidades quilombolas, padres, estudantes universitários, setores próximos a CPT e alguns sindicatos. Nesse sentido, as ações da CPT se davam principalmente pela interlocução que a entidade confessional tem para com as comunidades rurais, pelo prestígio gozado pelos padres e pela atuação destes na mediação de conflitos e na resolução de questões pontuais. Assim, a CPT também funciona como um foco de mediação entre as comunidades quilombolas e o Estado, na medida em que ocorrem conflitos fundiários. Parte dessa mediação também ocorre por outras entidades ligadas a Igreja Católica, tais como Pastorais de variado recorte social, saber, pescadores, carcerária, negra e afins, situando esta instituição e as entidades a ela vinculadas como importantes atores sociais no campo. Como situa Alfredo Wagner Berno de Almeida:

Ao se disporem como exercendo uma mediação dos antagonismos na área rural e, em decorrência, funcionando como interlocutores obrigatórios frente ao Estado, as instituições religiosas pressionam a estrutura agrária como forças sociais organizadas, deslocando politicamente outros mediadores externos porventura existentes. Ao eclodirem quaisquer conflitos de terra, que envolvam camponeses, grupos indígenas e latifundiários, eles passariam a ser tratados necessariamente pela intermediação desses dois centros de poder: Estado e Igreja (ALMEIDA, 2014, p. 70).

Essas ações de mediação de conflitos no campo, de um lado dão lugar de destaque para a Igreja, seja frente o Estado, seja para com as comunidades rurais que passam a procurar suas entidades para a resolução de questões. Nesse sentido, é a partir desse lugar de mediação privilegiado que ocorre o incentivo para a criação de um movimento social próprio de comunidades quilombolas, como é o caso do movimento supracitado. Assim, o MOQUIBOM reivindica a rubrica de movimento social por conta de sua não institucionalidade, ou seja, ausência de sede fixa, CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), ou qualquer formalidade além de seus membros agremiados e seu poder de mobilização junto às comunidades, realizando ocupações a órgãos públicos, passeatas e greves de fome, como forma de visibilizar a luta de comunidades quilombolas por direitos territoriais.

Como dado interessante tem-se a relação entre a CPT e o MOQUIBOM. Para vários integrantes do MOQUIBOM a entidade seria uma mãe, responsável por cuidados, por ter gerado um “filho” de quem é responsável, tendo zelo e cuidado pelo mesmo. Dessa forma, mais do que um auxiliar, uma parceira esporádica, a CPT se apresenta como principal entidade de apoio às ações do MOQUIBOM e com ele tendo uma relação estreita, que por vezes se confunde, na medida em que cede parte de suas instalações, orçamento e quadros no auxílio deste movimento. Como situa Catarino Borges, o Santinho, membro do MOQUIBOM através de entrevista concedida:

A relação da CPT e do movimento é uma relação 100% mesmo, é 100% porque na verdade a gente considera nós que somos da coordenação da frente do movimento, nós consideramos a CPT como mãe do MOQUIBOM, porque na verdade ele teve no ventre, botou para fora, é igual menino na barriga de uma mãe, botou para fora, sentou, engatinhou e tá começando a andar, mas sempre ao lado da CPT. A CPT foi nossa mãe e a mãe nunca abandona o filho, até hoje, espero que de amanhã em diante não abandone também, que é um parceiro, uma mãe que criou.

Nesse sentido, a relação entre delegação e mediação parece caminhar numa linha tênue, em que “membros das instituições confessionais empreenderam o risco calculado de agir ou de falar em nome de camponeses ou de grupos indígenas, como se a delegação consistisse numa etapa necessária para alcançarem uma existência coletiva e, portanto, de direitos políticos que configuram a plenitude da cidadania” (ALMEIDA apud BOURDIEU, 1990, p. 192). Assim, a relação entre os quilombolas organizados no MOQUIBOM e a CPT, parece não estar livre de certa dose contradição, na medida em que os quilombolas parecem estar estreitamente vinculados a formalidade assegurada por esta entidade, seus contatos e apoio de profissionais liberais a ela ligados, as possibilidades ofertadas em termos de divulgação e exposição de

situações limite em meios eletrônicos ou impressos, assessoria e mobilização, através da transferência de prestígio, auxílio de advogados e outros profissionais, bem como a notoriedade e carisma que a entidade tem entre alguns setores sociais.

Por outro lado, pelo próprio prestígio gozado, as entidades confessionais têm a possibilidade de mobilizar e politizar a partir de novas matrizes discursivas os setores a ela vinculados. É assim que a partir de um “trabalho de repensar” de suas ações que CPT passa a dar destaque à categoria quilombo em contraposição a categoria de posseiro nas atividades da entidade. Esse repensar reflete tanto o reconhecimento por parte da entidade das categorias e legislação específicas para o trato com a questão quilombola de maneira mais abrangente, como o entendimento da generalidade desta questão em si tratando do estado do Maranhão, isto a partir de sua própria inserção e atividades no meio rural. Como situa Fábio Silva, ex-agente pastoral da CPT da cidade de Pinheiro através de entrevista concedida:

A CPT Pinheiro, da qual eu faço parte, sempre teve um trabalho ligado as comunidades tradicionais, ribeirinhos, quebradeiras de coco, posseiros e até que a gente foi conhecendo essa discussão das comunidades quilombolas, a questão da legislação e tudo e muitas das comunidades que a gente trabalhava com a categoria de posseiros. Começamos o trabalho, eu sempre coloco a parte com mais força a partir de 2010, um trabalho mais forte no município de Serrano e essas comunidades que a gente já conhecia na Baixada, com esse trabalho, foi despertando o conhecimento de outras, também a gente foi levando essa informação sobre as comunidades quilombolas, os direitos que elas tinham, os direitos que elas tem e a gente sentiu que essas comunidades tavam, elas não tinham visibilidade nas suas lutas. Elas tavam lutando de forma isolada, cada comunidade lutando, resistindo, para manter os seus territórios, umas perderam, outras conseguiram manter em parte, outras conseguiram seu território, mas cada comunidade vinha lutando de forma muito separada, sem unir. Não existia aquele sentimento de um povo quilombola. Existiam as lutas que vem desde a década de 1960, 1970, então onde elas aparecem no caderno de conflitos da CPT de 2010 e 2011, aonde o caderno de conflitos da CPT dá um salto e o Maranhão desponta como o estado com maior número de conflitos. Mas não era que não existia os conflitos, os conflitos já existiam, não era publicizado, não tinha visibilidade de luta. Então, eu acredito que a grande sacada aí do trabalho da CPT foi juntar essas comunidades, né; colocá-las num encontro e começar a deixar eles se encontrarem e ver que os problemas eram comuns, né, o foro, a questão do impedimento de fazer uma casa, impedimento de buscar seus extrativismos do qual eles utilizavam, então esse, eu acho essa grande sacada de juntá-los e eles verem que o problema era comum e os unia pelas mesmas razões, então eu acho que isso foi um passo importante, a partir daí, das comunidades se encontrarem e começar a pensar que era necessário pensar uma lutar que desse direito aos territórios.

A partir da fala de Fábio Silva se tem a importância das ações da CPT no surgimento do MOQUIBOM. Como primeiro ponto, temos um repensar categorial a luz da própria realidade maranhense, que coloca sob suspeição o conceito de posseiro, historicamente utilizado pela CPT e Igreja Católica no trato de conflitos fundiários, e traz a tona formas de uso e pertencas étnicas que remetem a especificidade de parte significativa da população das comunidades

rurais maranhenses, dando vazão ao conceito de comunidades quilombolas para o trato desta realidade e dos conflitos fundiários nela existentes. Como segundo ponto, temos que a partir dos trabalhos da CPT se tem uma maior organização das lutas que já existiam por parte das comunidades quilombolas, agora munidas de certo referencial, apoiadas pela entidade confessional e conhecendo que sua realidade era também compartilhada por outras comunidades em situação semelhante.

Assim, situações de pagamento de foro, típica forma de arrendamento da terra, pago através de produtos em espécie, como com farinha ou arroz; situações de impedimento de construção de casas por parte de supostos proprietários para com as comunidades e outras situações de privação que passam a ser utilizadas pela CPT como exemplos de opressão vivenciadas pelas comunidades quilombolas que seriam recorrentes na realidade destas. Outro dado refere-se à visibilidade dada as lutas dessas comunidades, bem como a situações de conflitos fundiários que a CPT passa a dar a partir de suas publicações anuais, como os Cadernos de Conflitos no Campo, especialmente nos anos de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015; entrevistas, através de publicações na internet e outros meios. Portanto, tem-se um processo de organização das comunidades ocorrendo a partir das ações da CPT, criando um pertencimento enquanto “povo quilombola”, como comentado por Fábio Silva.

Como uma questão interessante, se tem as possíveis motivações que podem ter gerado a criação de um novo polo de organização das comunidades quilombolas, para além da ACONERUQ. Como um primeiro entendimento, temos que o surgimento deste movimento social ocorre pela ausência de atividades da ACONERUQ em certas regiões e municípios do Maranhão, como pontua Maria José Palhano, antiga coordenadora da entidade através de entrevista:

Eu vejo a criação do MOQUIBOM como uma forma dos quilombolas que não estavam sendo assistidos e que a ACONERUQ tava deixando uma lacuna grande, se organizarem, se reorganizarem. E o que eu acredito, eu creio de verdade, que é bom. Não é ruim. Eu só acho que a gente não pode e nem deve se separar, acho que a gente deve andar juntos, juntar as forças porque quando a gente se junta a gente é forte. Quando a gente se separa a gente enfraquece. Quando cada um toca para um lado, não dá pra fazer um amontoado, porque se dividiu, eu comparo isso com dois elos da corrente, um elo sozinho ele não faz nada, ele é muito frágil, mas quando você junta dezenas, centenas de elo, você tem uma corrente. Aí ela é forte.

Essa lacuna na representação das comunidades quilombolas do Maranhão é explicada em parte pela situação precária em que a entidade se encontrava. Porém, esse assunto mostrou-se de difícil trato, uma vez que exigia a exposição de questões internas da ACONERUQ, que

giram em torno das prestações de contas, processos judiciais, uso dos recursos obtidos através de convênios com o governo federal e estadual e eleições de chapas para coordenação da entidade, o que fugia aos limites de confiança e a possibilidade de exposição dos sujeitos pesquisados. Nesse sentido, parte da discussão sobre ética nas pesquisas antropológicas tem girado em torno do

consentimento (formal ou informal) do grupo investigado, o tipo de informação que o pesquisado deve obter da pesquisa de que participa, a capacidade legal e intelectual dos entrevistados de entender a pesquisa proposta e as formas de coerção que podem estar envolvidas nessa relação” (DEBERT, 2004, p.45).

Assim, o intuito da pesquisa não era expor a uma situação vexatória antigas lideranças e membros da ACONERUQ ou mesmo trazer à tona dificuldades na gestão dos recursos gerenciados pela entidade. Portanto, houve um cuidado calculado com “os riscos envolvidos na publicação dos resultados, porque nossas conclusões não podem constranger, humilhar ou trazer prejuízos para as populações estudadas” (DEBERT, 2004). Por outro lado, como forma de diferenciar sua gestão das anteriores, responsáveis por genericamente, colocar a ACONERUQ em situação de “abandono” e “descrédito”, Maria José Palhano, mesmo com certas ressalvas e limites, expunha sua opinião em conversas e entrevistas quanto a situação da ACONERUQ, não se privando de sempre que se sentindo desconfortável, solicitar que o gravador fosse desligado, pois “isso não pode ficar gravado”:

Eu acredito que com relação a ACONERUQ tava uma coisa muito debilitada porque apesar de dizermos que a ACONERUQ tava aqui, em defesa dos territórios quilombolas, em defesa da comunidade quilombola, naquele momento ela não tava em defesa nem dela mesmo.

E continuava a comentar sobre o início de suas atividades, quando passou a compor a gestão da entidade como parte de uma “junta governativa” dada a situação de débitos para com funcionários e o imóvel que servia de sede para a entidade, este tendo inclusive sido alvo de ordem judicial de despejo, como comenta Maria José Palhano através de entrevista concedida:

Quando eu cheguei na ACONERUQ, eu costumo dizer que a ACONERUQ estava num estado bem precário, ela não tava nem mesmo mais sendo convidada para nada porque a forma como deixaram ela, deixaram ela de uma forma muito decadente, eu posso dizer assim, porque quando eu cheguei na ACONERUQ era um estado total de abandono, não tinha acontecido eleição, e eu vim para uma junta governativa enquanto já como presidente da junta, e para organizar a eleição porque não tinha acontecido a eleição segundo os antigos por falta de recursos, e ao chegar eu realmente constatei que era isso que tinha acontecido, porque uma semana depois que eu cheguei, chegou uma ordem de despejo, eram muitos débitos, aluguéis atrasados, funcionários atrasados, era muita coisa que tava pendente. Mas aí, depois de organizar o processo eu soube que eu também poderia me candidatar, aí eu me candidatei e ganhamos a eleição, uma eleição muito cheia de conflitos, porque tinha interesses particulares por trás das pessoas que não queriam que acontecesse eleição mas aconteceu, né. E a gente

ficou como coordenadora geral, então eu fui para frente em julho de 2010 lutar para ver se tirava, se resgatava pelo menos a credibilidade política da instituição.

Por outro lado, no entendimento de pessoas pertencentes ao MOQUIBOM, o seu surgimento não está ligado propriamente a ausência de atuação da ACONERUQ em certas regiões do Maranhão, a sua inexistência em certos municípios ou comunidades, mas pelo tipo de ações empreendidas pela entidade. Nesse sentido, o MOQUIBOM traria à tona formas de luta, instrumentos de mobilização e exposição das situações vivenciadas pelas comunidades quilombolas que estariam além dos limites da institucionalidade proposta ACONERUQ, como pontua Catarino dos Santos Borges, o Santinho, membro do MOQUIBOM através de entrevista concedida:

A gente não atua naquele local que a ACONERUQ atua menos, mas sim em todas as regiões que a ACONERUQ atuava e tá atuando, nós também 'tamo' atuando. Até mesmo porque o movimento surgiu pela necessidade, da ausência da ACONERUQ não só em dois, três pontos, mas sim nos quatro pontos do Maranhão, porque é uma entidade que é pra representar as comunidades tradicionais, principalmente as quilombolas. É para fazer a representatividade dessa questão. Então, o MOQUIBOM atua em todos os motes que a ACONERUQ atuava e tá atuando. Eu não tenho a ACONERUQ e o MOQUIBOM como uma divergência, entre aspas também, né, na verdade hoje a ACONERUQ era para tá com a gente, porque quando nós entramos, no início, chamamos eles para vir com nós. Então, eles achava que, não sei se é verdade ou não, mas eles conversam que nós éramos uns doidos, com a questão do INCRA, para fazer as mobilizações, sem ter decisões nenhum e sem ter capacidade de fazer o que nós fizemos. Pois nós mostramos para eles que nós éramos pequeninhos, hoje 'tamo' grande, 'tamo' com articulações maiores, né, éramos pequeninhos mas fazemos a linha de grande. Então, essa linha de grande hoje surgiu em nível nacional. Então, o medo deles hoje é porque eles tiveram conhecimento que nós não éramos na verdade o que eles pensavam. Eles pensavam que na verdade, com certeza a CPT só ia botar nós na frente e deixar nós ir embora, caminhar, mas do início até hoje a CPT é nossa mãe e jamais vai abandonar nós.

Aqui, Catarino Borges, comenta uma das primeiras ocupações públicas realizadas pelo MOQUIBOM no ano de 2011, esta ocupação, situada na superintendência do INCRA/MA gerou certa situação de animosidade e farpas públicas trocadas entre os dois polos de organização quilombola. De um lado, o MOQUIBOM se apresentava com um setor radical, realizando uma das primeiras greves de fome em ocupações quilombolas, junto a protestos públicos e caminhadas, denunciando assassinatos no campo e a impunidade no caso da morte da liderança Flaviano Pinto, liderança da comunidade quilombola de Charco, alvejado por tiros. Por outro lado, a ACONERUQ aparecia como a entidade que gozava de credibilidade frente ao Estado e instituições públicas, mas sem qualquer controle ou possibilidade de intervenção na ocupação realizada, sem autoridade sobre os quilombolas acampados.

Outro aspecto pontuado em entrevista, segundo Naildo Braga, liderança do MOQUIBOM, seria o destaque dado para os processos de titulação dos territórios quilombolas por parte do movimento. Esse seria a principal pauta do movimento em suas ocupações e demais ações. Nesse sentido, para os quilombolas situados no MOQUIBOM esse seria um diferencial do quanto a ACONERUQ:

O MOQUIBOM surgiu e atua principalmente em defesa da titulação dos territórios para as comunidades quilombolas. Porque foi uma necessidade que se alastra aí por muito tempo a questão da titulação das terras das comunidades quilombolas e que até então as instituições que existiam, os movimentos que existiam, nesse sentido, não estavam correspondendo à altura das demandas e também das necessidades que essas comunidades enfrentam. Então foi daí que surgiu o MOQUIBOM e daí que ele atua principalmente nessa linha aí, de titulação das áreas das comunidades quilombolas.

Nesse sentido, há aqui o apontamento quanto a existência de rivalidade entre segmentos que organizam as comunidades quilombolas no Maranhão, havendo certa disputa, ou mesmo, desconforto generalizado entre estes quanto divisão de espaços públicos e desentendimentos na leitura das ações empreendidas e formas de compreensão do cenário político por ambos os polos organizativos. Assim, esse fator se mostrou como um adicional nas pesquisas realizadas, na medida em que o caminhar em campo, a tentativa de estabelecimento de laços que vislumbrassem o acesso simultâneo a informações e projetos relativos ao MOQUIBOM e a ACONERUQ era um “pisar em ovos”, que em vários momentos, o campo mais parecia um “campo minado”, dadas desconfianças e cobranças por parte dos sujeitos pesquisados.

Porém, o mesmo campo cheio de minas, se mostrou um espaço de reflexão sobre o *métier* antropológico, na medida em que mais do que produzir literalizações, ou mesmo esquemas de tipificação social. Em nosso ofício tem sido considerado desafiador uma produção antropológica que busque devolver o que estudamos a sua cotidianidade, ao seu lugar comum e simples, devemos perceber que

[...] parte de nossa tarefa consiste em descobrir por que aquilo que as pessoas que estudamos fazem e dizem parecem-lhes, eu não diria evidente, mas coerente, conveniente, razoável. Mas a outra parte consiste em estar sempre se interrogando sobre até que ponto somos capazes de seguir o que elas dizem e fazem, até que ponto somos capazes de suportar a palavra nativa (GOLDMAN, 2006, p. 167).

Assim, o campo aparece menos um laboratório frio e asséptico e mais como um espaço carregado de contradições, esquemas de poder e disputas, em que de um lado os sujeitos são carregados de intencionalidades e desejos, por outro, constantemente nossas capacidades são colocadas à prova e dribladas pelas experiências ali vivenciadas e partilhadas com esses sujeitos. Como uma interessante situação que demonstra bem a desconfiança e animosidade em

torno desses polos organizativos dos quilombolas do Maranhão, têm-se as minhas primeiras experiências em campo, ao retornar do período de disciplinas e estudos em Santa Catarina ao Maranhão. Nesse sentido, gostaria de situar a posição de onde falo enquanto pesquisador, pois tive acessos desiguais a informações e possibilidades de diálogo que marcam o início e o término deste trabalho, que estabelecem a condição de sua produção e por certo, o condicionam.

“Pisando em ovos”: tensões e expectativas no trabalho de campo

Como primeira experiência, ao voltar para o Maranhão para realização de trabalho de campo, busco contatos e possíveis agendas de passeatas e encontros do MOQUIBOM. Por sua grande articulação com a CPT e a dificuldade em estabelecer contato direto com os quilombolas que vivem no interior do estado, decido ir até a sede da entidade no dia 24 de fevereiro de 2015, tendo em vista agendar o acompanhamento de possíveis atividades e reuniões. Chego por volta das 15 horas e toco a campainha. Trata-se de uma casa localizada no centro comercial de São Luís, mais exatamente na Rua do Sol, sede em que várias vezes estive para entrevistas, reuniões e conversas com os padres que coordenam a entidade ou mesmo com quilombolas que ali estavam presentes para coletivas de imprensa ou para protocolar certas denúncias. Assim, se tratam de velhos conhecidos com os quais dividi viagens, encontros e opiniões, concordando e divergindo em muitas situações.

Ao tocar a campainha sou recebido por uma freira que no período era assessora jurídica na CPT, Sandra Santos, que gentilmente me abre a porta e de quem recebo um convite para entrar. Vou até a sala em que normalmente são feitas reuniões e me sento. Ali há alguns notebooks, papéis, processos e cartazes colados nas paredes. Estes cartazes remetem a mártires ligados às lutas pela terra, certas comunidades rurais atendidas pela CPT e trabalhos tocados pela entidade, como campanhas contra o trabalho escravo. Dessa forma, explico à Sandra a motivação de minha ida, comento rapidamente meu projeto de dissertação de mestrado e sou interpelado pela frase “tem uma coisa que para ti posso falar. É um encontro que vai ter em Viana”. Fico meio confuso, sem saber direito como agir, nem mesmo como me posicionar, já que fazia algum tempo que não tinha contato com ninguém da entidade e sem saber que “coisa” seria essa que eu poderia saber e outros não.

Decido antes de falar algo, ouvir um pouco mais do que se trata e conhecer melhor o que está acontecendo. Sandra Santos comenta que pessoas ligadas à Secretaria Especial de Igualdade Racial (SEIR) do governo do Estado, passaram todo aquele dia ligando, almejando

informações sobre o II Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais que ocorreria na cidade no interior do estado e solicitando a possibilidade de participação, com o envio de um representante. Para ela isso era incabível, pois “é um encontro do povo. Uma possibilidade de eles conhecerem o que tem em comum e não lugar de governo. Conversa com o governo fica para depois, não agora”. Fico contente pela possibilidade de ter acesso a essa informação e ao mesmo tempo intrigado com o que acabara de acontecer. Para mim fica claro que tenho certo acesso privilegiado a informações em relação a determinados sujeitos, que tem acesso restrito, ou são impedidos de contato direto com as atividades realizadas, fato que se consolidou com a não presença de agentes governamentais no referido encontro. Questiono sobre as possibilidades de ida ao local, como seria feito o deslocamento e em que comunidade ocorreria. Ela me comenta que já iria mais cedo, pois “precisava arrumar umas coisas lá” e que este se realizaria em poucos dias, entre 27 de fevereiro a 1 de março, na comunidade Gamella em Taquarítua, no interior do município de Viana e contaria com a presença de indígenas, quilombolas do MOQUIBOM, quebradeiras do coco babaçu e posseiros, segundo as classificações da própria CPT. Sandra Santos solicita que eu espere um pouco mais, pois Padre Clemir Batista, outro antigo conhecido chegaria em poucas horas, tendo saído para resolver algumas questões. Sou informado que poderia haver a possibilidade de uma carona para o local, que deveria ser confirmada com o padre. Este chega em alguns minutos, em que passo conversando com Sandra, entre café, água e certa cumplicidade. Já havíamos conversado antes, não sendo eu um estranho ou ela para mim pessoa desconhecida. Já havíamos estado em atividades em comum.

Assim, à luz dos escritos de Fravet-Saada (2005), a partir de certas experiências em comum, alguns interlocutores pareciam sentir-se a vontade comigo para falar de determinados assuntos, não me percebendo como estranho ou alguém com quem certos tópicos não deveriam ser tratados, mas gentilmente fornecendo informações, ao mesmo tempo em que sutilmente faziam algumas indicações, apontamentos e emitiam opiniões. Nesse sentido, as possíveis experiências e mesmo vivências compartilhadas em termos de viagens, almoços, conversas e noites mal dormidas em acampamentos possibilitaram acessos a conhecimentos, estratégias e projetos, impossíveis, ou no mínimo, mais trabalhosos para pesquisadores em condição de completo desconhecimento e estranhamento, colocados ali em certa falta de compartilhamento e sintonia junto aos padres e quilombolas, ora da CPT, ora do MOQUIBOM. Assim, mais do que o antropólogo que estava em pesquisa, eu era visto como um parceiro, em certa medida como

alguém com quem se pode contar, um jovem presente e disposto a ajudar. Como pontua Fravet-Saada, sobre seu trabalho de campo com camponeses no Bocage francês e suas situações de afetação:

Dito de outra forma: eles queriam que aceitasse entrar nisso como parceira e que aí investisse os problemas de minha existência de então. No começo, não parei de oscilar entre esses dois obstáculos: se eu “participasse”, o trabalho de campo se tornaria uma aventura pessoal, isto é, o contrário de um trabalho; mas se tentasse “observar”, quer dizer, manter-me à distância, não acharia nada para “observar”. No primeiro caso, meu projeto de conhecimento estava ameaçado, no segundo, arruinado (FRAVET-SAADA, 2005, p. 157).

Assim, mais do que participar, toda a minha formação enquanto antropólogo desde a graduação está marcada pelo contato íntimo com esses quilombolas e padres, pelo “estar junto”, pela “parceria”, comentada por Fravet-Saada, sem com isso evitar certos desgastes e desentendimentos quanto a discordâncias e posicionamentos contrários aos adotados pelo MOQUIBOM. Dessa forma, assumo certa condição de aproximação, condição esta indispensável para a obtenção dos dados aqui apresentados.

Com a chegada de Padre Clemir Batista, sou informado de que poderia tentar uma ligação via celular a um grupo de assessores da CPT que estariam se deslocando de carro para a cidade de Viana, assim teria que checar a disponibilidade de vagas e alguma ajuda de custo com a gasolina. A conversa corre bem, me são informadas certas tentativas de articulação com indígenas e a tentativa de criação de uma “teia de povos e comunidades tradicionais”, que segundo ele, possibilitaria a unificação das lutas pelos territórios. Todas essas informações posicionam a minha pesquisa, marcam certo direcionamento dado em termos de pessoas a quem procurar, locais para onde ir ou mesmo possíveis encontros e atividades políticas. Assim, decido aproveitar a liberdade concedida, as portas que me foram abertas e esperar os limites dessas concessões.

Como segunda experiência em campo, tem-se a minha ida a um encontro de formação da ACONERUQ com sua atual coordenação. Esse encontro visava dar orientações sobre o projeto Ká-Amubá, hoje um dos principais projetos da entidade, ajudando a informar os coordenadores em torno de tópicos considerados fundamentais do mesmo. Tal projeto havia sido aprovado recentemente junto à União Europeia (UE) e basicamente beneficiaria 17 comunidades quilombolas associadas à ACONERUQ com pequenos arranjos produtivos, como hortas, criação de animais de pequeno porte, construção de açudes para peixes e tinha em vista a geração de renda, o combate à pobreza e incentivo ao trabalho familiar.

Os coordenadores da entidade são quilombolas oriundos do interior do Maranhão e lá residem, vindo a São Luís resolver pendências e articular diretamente as comunidades associadas às políticas e conquistas da ACONERUQ, protocolar documentos e participar de reuniões. A minha estadia no encontro citado, que ocorreu no dia 4 de março no Bairro do Santo Antônio, em um sítio chamado Pirapora, é condicionada a minha apresentação e aceitação dos participantes, como havia me informado por telefone alguns dias antes Valderlene Silva, assessora da entidade.

Chego ainda pela manhã, por volta das 8 da manhã, alguns ainda tomam café e aguardo o início das atividades. A coordenação da entidade é composta por 18 integrantes. Além desses, também conta com um corpo de técnicos e assessores que prestam serviços às comunidades vinculadas a entidade. Acompanho as apresentações e aguardo o meu momento de fala. Sou apresentado por Maria José Palhano, antiga coordenadora da entidade e por Valderlene Silva, que se encontram presentes junto com outros membros e técnicos da ACONERUQ.

Durante a minha apresentação, sou visto com certa curiosidade, pois muitas pessoas nunca haviam me visto, logo, não estou associado às atividades, como comenta Dona Emília Moreira, quilombola do Município de Codó ao ter a surpresa de ver um desconhecido em uma reunião da entidade. Ao tocar no nome do MOQUIBOM como um dos grupos a ser analisado, junto com a própria ACONERUQ, há certo desconforto imediato entre os presentes, iniciam-se rapidamente conversas paralelas, olhares cruzados, e os cochichos que de um tom mais baixo passam a serem conversas altas que atrapalham a apresentação e causar certo susto quanto ao que acabo de fazer. Entre as pessoas que me ouvem sinto certa desconfiança quanto a minha presença. Entre falas ouço que a minha pesquisa “pode dar força ao inimigo”, já que “o MOQUIBOM disputa espaço com a ACONERUQ que é representante formal dos quilombolas”. Fico levemente tenso, começo a suar frio e gaguejar em frente a todos. Não me sinto muito à vontade para continuar ali, parece que minha apresentação não foi bem recebida antes mesmo de terminá-la. Porém, para minha surpresa, entre os presentes não é consensual o que o MOQUIBOM representaria. Para dona Nice, “movimento surge todo dia. Não tem dono e vai para onde quer. Nós devemos é nos concentrar na ACONERUQ, sua política e organização”. Já para Reinaldo, técnico agrícola da entidade, os pesquisadores não têm feito o “devolutivo” das pesquisas, voltado para as comunidades para entregar cópias dos trabalhos apresentados “as falas das pessoas como elas disseram, a língua delas não fica no trabalho”.

O clima de desconfiança toma alguns presentes quanto a possibilidade de informações da ACONERUQ vazarem, que sejam expostas de maneira considerada indevida por mim, munindo o “inimigo” com informações confidenciais. Eles exigem saber mais sobre o que eu farei, sobre o meu compromisso com a entidade, querem ver, segundo uma pessoa presente, “minha sinceridade”. Entre esses momentos de leve pânico, Maria José Palhano toma a fala e questiona se sou bem-vindo a acompanhar as atividades, se devo permanecer ao longo do dia. Para os presentes, se faz necessário conhecer melhor as minhas “intenções”. As falas se entrecruzam, e se interrompem com certa frequência e tudo me parece confuso. Para dona Nice, “o MOQUIBOM é uma dissidência da ACONERUQ. Gente que não concordava com a nossa política e nosso jeito”. Já para Zé Preto, oriundo do município de São Vicente Férrer “o representante dos quilombolas é a ACONERUQ. É ela que distribui as cestas [básicas]”. Assim, mesmo entre os quilombolas não havia um consenso algum estabelecido quanto ao MOQUIBOM, apesar de certa rivalidade, a minha presença só foi possível depois da intervenção da coordenadora da entidade, que tentava a todo custo amenizar as discussões e encaminhar a reunião de maneira a mais polida possível, sendo decidido pela minha presença através de uma pequena votação com um coro do “sim” ressoando.

Assim, surgem algumas questões. A primeira refere-se a não consensualidade quanto a possível disputa com o MOQUIBOM ou mesmo sobre o que ele representaria entre as pessoas presentes no encontro, o que para alguns seria algum tipo de inimigo, para outros seria um “mais um movimento”, uma forma de organização dos quilombolas que não deveria tomar o tempo da reunião, pois haveria coisas mais importantes para serem resolvidas ali e que, logo, toda a desconfiança quanto a minha presença seria inútil. Outro ponto seria a postura dos pesquisadores que trabalharam com as comunidades, as retratando de forma distorcida, como estas não se veem ou mesmo não mostrando o resultado dos trabalhos para as mesmas.

A partir desse acontecimento, fica claro que estas comunidades e os “nativos” de outrora, têm mostrado crescente interesse quanto as pesquisas e os materiais produzidos por nós, os habituais analistas, querendo saber sobre os escritos e a forma como são retratados. Este interesse pode soar como policiamento ou algum tipo de patrulha impeditiva das pesquisas por parte das comunidades e de pessoas a elas próximas. Todavia, na situação vivenciada, soa como uma forma de controle e percepção de posturas consideradas, no mínimo, desagradáveis por parte dos pesquisadores com certa recorrência. Se o antropólogo é aquele que sempre vai embora (CLIFFORD, 2008) que nem sempre pode retornar ou deixa algum rastro, já não pode

fazê-lo do mesmo jeito, pois os nativos de outrora se transformaram, guardam suas impressões, desenvolvem estratégias de controle ou mesmo tem expectativas quanto o trabalho antropológico. Assim, se sempre fomos observados por nossos interlocutores, parece óbvio as consequências contemporâneas disso, com maior recorrência e controle por partes destes. Tais implicações não soam sempre doces e agradáveis de ouvir, porém, são fundamentais para nossas pesquisas. Esse direcionamento e crescente interesse parte da politização dos sujeitos, da possibilidade de apropriação das pesquisas por parte destes, bem como, que a leitura das páginas escritas tem sido feita pelos sujeitos pesquisados, em que nossas ações têm sido pesadas a todo tempo entre interesses, experiências e toda ambiguidade que a politização carrega.

À GUIA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nosso caso analisado, creio que as comunidades quilombolas – enquanto segmento social organizado – têm produzido no Maranhão respostas às injustiças vivenciadas. Porém, tais respostas não se dão de maneira unívoca e centralizada, ocorrendo de forma segmentada a partir de eixos específicos de mobilização. Assim, tanto a ACONERUQ, quanto o MOQUIBOM respondem aos anseios e expectativas das comunidades que a eles encontram-se ligadas ou sob sua influência, agindo a partir de critérios e leituras políticas próprias. Porém, ao se perceber o resultado “geral” das ações, vemos que elas cobrem – mesmo que de forma limitada – aspectos da vida destas comunidades, ou seja, resolvem questões econômicas, com a luta por renda e trabalho, infraestrutura, insumos, mercados diferenciados; quanto a aspectos simbólicos, por autonomia, empoderamento e organização própria. Tais injustiças estão imbricadas e são correlatas, conforme situa Nancy Fraser. Cabe situar que por mais que imbricadas, as respostas políticas costumam passar por crivos de prioridades e escolha, por parte dos segmentos organizados.

Nesse sentido, são as ações da ACONERUQ e do MOQUIBOM que se fazem apartadas, cobrindo demandas e problemas considerados centrais *per si*, porém, estes mesmos problemas não podem ser vistos de maneira meramente segmentar. A questão relaciona-se a estarem diretamente relacionados, mesmo que os entendimentos e ações se deem à parte. As questões de ordem econômica têm relação direta com as de ordem simbólica e vice-versa. Como segundo ponto, a ação destes segmentos não pode ser vista de forma puramente dissensual, pois lutando por questões em separado complementam-se, seja em suas ausências, seja em suas capacidades, agindo a partir do mesmo motor político – a etnicidade enquanto fator de

mobilização – porém, tem prioridades e entendimentos sobre quais formas de consecução e interlocutores devem privilegiar.

Portanto, para além dos desentendimentos e farpas, a existência da ACONERUQ e MOQUIBOM cobre diferentes demandas das comunidades quilombolas e politiza vivências que respondem ao segmento social como um todo. De certa forma, apesar da tensão entre os segmentos de organização, pode-se dizer que se complementam dialeticamente, pois conseguem cobrir aspectos econômicos e simbólicos simultaneamente.

Assim, cabe pensar no que estruturalmente tem se realizado, cada pequena vitória em um longo caminho de lutas e mobilizações. Tal tarefa não se mostrou fácil, sendo exigido caminhar “pisando em ovos”, por assim dizer; porém, optei por perceber aquilo que esses segmentos fazem e não uma análise que tende a perceber como aspecto principal a falta, caindo assim, em constante imobilismo e descrédito às ações de meus interlocutores diretos. O caminho percorrido mostrou as constantes tensões envolvendo a ACONERUQ e o MOQUIBOM, mas também onde se encontram, como produzem e geram, cada um à sua maneira e a partir de suas prioridades e estratégias políticas, caminhos que buscam responder a demandas e expectativas das comunidades que representam, engajam e mobilizam. Assim, se pode perceber que tipos de arranjos políticos e organizativos as comunidades quilombolas têm produzido e situar suas formas de leitura da realidade e seus desenvolvimentos em termos de garantias de direitos. Cabe sinalizar de que forma a existência de uma legislação específica, ao mesmo tempo em que possibilita garantias às comunidades quilombolas, também lhes cria amarras, uma “dádiva ambivalente”, conforme situa Judith Butler (2003), na medida em que, além de proteção legal, justiça e reconhecimento de direitos outrora negligenciados ou inexistentes, há também o desmerecimento de outras formas de gestão de conflitos, caindo-se em certa institucionalização do direito enquanto única forma capaz de resolução de conflitos (RIFIOTIS, 2007) e consequente judicialização das relações sociais.

Ponto isso, baseado em uma experiência de campo: a partir da ineficiência do INCRA em dar prosseguimento à titulação territorial de comunidades quilombolas no Maranhão, a comunidade de Charco decidiu pela retomada de território que considera seu e que aguarda a desapropriação por parte do órgão competente já citado. O que parece um investimento arriscado, dada a disputa e animosidade que envolve a questão, guarda também a convicção de que são os próprios quilombolas os sujeitos de sua história e “que na lei ou na marra vamos ganhar”, sendo a espera prolongada frente a morosidade estatal, somada a possibilidades

naquele momento, levou a deliberação coletiva pela retomada de parte do território em São Vicente Férrer, interior do Maranhão em setembro de 2012. A situação aguarda alguma resposta formal, porém, posteriormente outras comunidades depois do feito decidiram também por “retomadas territoriais” que passaram a intitular “autodemarkações”.

REFERÊNCIAS

- AGIER, Michel. Pensar el sujeto, descentrar la antropología. In: **Cuadernos de Antropología Social**, Nº 35, 2012.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Agionarmento Agônico**: a trajetória de instituições religiosas como mediadoras de conflitos agrários na Amazônia. In: LACERDA, Paula Mendes (Org). Mobilização social na Amazônia: a luta por justiça e educação. Rio de Janeiro: E-papers, 2014.
- _____. **Terras de preto no Maranhão**: quebrando o mito do isolamento. São Luis: ECN / SMDH / PVN, v.1, 2002.
- BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual? In: **Cadernos Pagu**. Unicamp, n. 21, 2003.
- CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. 3.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- DEBERT, Guita Grin. **Ética e as novas perspectivas da pesquisa antropológica**. In: Antropologia e ética: o debate atual no Brasil. Niterói: EdUFF, 2004.
- ESTATUTO DE REFORMULAÇÃO DA ACONERUQ (Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas), 2007.
- FABIANI, Adelmir. **O quilombo antigo e o quilombo contemporâneo**: verdades e construções. XXIV Simpósio Nacional de História. São Leopoldo: Anais, 2007.
- FABIANI, Adelmir. Os quilombos contemporâneos maranhenses e a luta pela terra. In: **Estudios Historicos**, Nº 2, 2009.

- FRAVET-SAAD, Jeane. Ser afetado. In: **Cadernos de campos**, Nº 13, 2005.
- FRASER, Nancy e HONNETH, Axel. **Redistribution or Recognition?** A political-philosophical exchange. London/ New York: Verso, 2003.
- _____. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era pós-socialista. In: **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 232-239, 2006.
- FURTADO, Marivânia Leonor Souza. **Aquilombamento no Maranhão: um Rio Grande de (im)possibilidades**. 2012. 313 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em geografia, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2012.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GOLDMAN, Marcio. Alteridade e experiência: antropologia e teoria etnográfica. In: **Etnográfica**, Volume. X (1), 2006.
- PROJETO VIDA DE NEGRO. **Vida de negro no Maranhão: uma experiência de luta, organização e resistência nos territórios quilombolas**. Coleção Negro Cosme, v. 4. São Luís: SMDH, CNN-MA, PVN, 2005.
- RIFIOTIS, Theofilos. Direitos Humanos: Sujeito de Direitos Direitos dos Sujeitos. In: (Org.) SILVEIRA, R. M. G. et al., **Educação em Direitos Humanos: Fundamentos Teórico- Metodológicos**. João Pessoa, Editora Universitária, 2007.
- SCOTT, James C. **A dominação e a arte de resistência: discursos ocultos**. Portugal: Letra Livre, 2013.